

## A COORDENAÇÃO E A SUBORDINAÇÃO NO ENSINO DE GRAMÁTICA NAS ESCOLAS

José Venâncio Soares Vieira<sup>1</sup>

Tatiane Silva dos Santos<sup>2</sup>

Margysa thaymmara bezerra rosas<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivos principais: 1º melhorar as formas de distinção entre coordenação e subordinação; 2º dialogar sobre as práticas de ensino gramatical e a formação linguística. Centralizaremos a análise num caso que historicamente tem sido problemático no ensino de gramática normativa nas escolas brasileiras: as orações causais de teor explicativo, aqui serão explicitadas que existem razões sintáticas para desconsiderá-las nas estruturas de coordenação. Com isso podemos inferir que as frases coordenadas diferem estruturalmente das adverbiais. Procuraremos também demonstrar aqui que a natureza ambígua e a forma de ensino voltada para a memorização de fórmulas estruturais e gramaticais nas escolas propiciam um ensino defasado e sem aporte para uma visão linguística da língua brasileira. Utilizaremos como aporte teórico Carone (2008), Cunha e Cintra (1984) e Bechara (2001).

**Palavras Chave:** Subordinação. Coordenação. Gramática Normativa. Ensino.

### A PROBLEMÁTICA: RELAÇÃO ENTRE EXPLICATIVOS E A GRAMÁTICA ESCOLAR

Os explicativos ou causais *pois, que, porque e porquanto*, têm sido classificados como conjunções de subordinação, ou simultaneamente como conjunções coordenativas e subordinativas causais. Alguns autores com visões mais fechadas sobre categorização associavam esta divergência categorial a propriedades semânticas. Como no caso de Said Ali (1964) que diz que “a proposição causal constituirá um pensamento à parte,... podendo haver uma pausa forte entre ela e a proposição inicial.” Caso semelhante ocorre com as definições de Bechara (1992) e Cunha e Cintra (1984) onde o primeiro diz que no caso de coordenação quanto à ligação, as orações podem ser conectivas ou sindéticas e justapostas ou assindéticas. Já o segundo afirma que as orações coordenadas podem estar simplesmente justapostas, isto é,

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Letras- Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [Josevenancio5553@gmail.com](mailto:Josevenancio5553@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Letras- Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [Tatiane\\_silvacz@hotmail.com](mailto:Tatiane_silvacz@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora Mestra em Sistemas Agroindustriais UFCG, Licenciatura plena em Educação Física pela UEPB, [Magisatbr@hotmail.com](mailto:Magisatbr@hotmail.com)

colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace (assindéticas) ou possuindo um conectivo que sirva de ponte explicativa ou causal (sindética).

O ensino gramatical nas escolas, além de deixar lapsos situacionais em suas explicações de léxico, usa de exemplos irrealis ao tentar trazer *corpus* de análise. A NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) orienta o ensino de Língua Portuguesa nas escolas a inserir Coordenação e Subordinação a partir de itens compostos (período composto), esquecendo que a subordinação ocorre não apenas na relação oração-oração. Itens lexicais subordinam-se também, assim como morfemas, como orienta Carone (2008). Isso porque no ensino da gramática, propriamente, estão vinculados sua normatividade e dogmatismo, suas falhas e incompletudes quando considerada a língua em seu funcionamento, na realidade dos alunos, que já são falantes nativos, enfim, no uso efetivo. Ao ensino do conteúdo gramatical vincula-se exclusivamente a ideia de aprender a falar e escrever corretamente. Segundo a visão tradicionalista, que é a base do ensino nas escolas, a gramática deve se voltar para a “arte de escrever bem”, tendo como principais preocupações a formulação de regras de boa linguagem e a definição e classificação dos termos de acordo com a lógica

Ainda refletindo a abordagem de Carone vemos que essas regras “de boa linguagem” e as definições gramaticais manifestam-se não na forma, mas nos sentidos que essas formas assumem dentro de um enunciado contextualizado e de uso real. Assim para compreender as diferenciações sobre Coordenação e Subordinação é preciso mais do que ser claro nas teorizações, o ponto é situar o uso para um melhor entendimento.

Na língua portuguesa há muito se têm afirmado que enquanto as subordinadas causais nos passam uma idéia de causalidade baseada na realidade objetiva que é de fato observável nas frases, as explicativas explicitariam o motivo da enunciação do falante. Ora essa definição é, para dizer o mínimo, dúbia e pouco satisfatória quando observada em sala de aula. Os exemplos a seguir deixam clara essa afirmação:

- a) A água gelou *porque* a temperatura ficou abaixo de zero grau.
- b) A criança é prematura *porque* nasceu com sete meses de gestação.
- c) As inundações foram devastadoras, pois durante uma semana choveu torrencialmente.
- d) Deves estar cansada, (*já que*) tens trabalhado muito!
- e) Foi você quem comeu o pudim, pois tens a cara lambuzada.

Causa e consequência aqui se fazem semelhantes no nível semântico, o que dificulta uma teorização concisa sobre as funções adquiridas tanto pela frase principal quanto pela subordinada. Em guias gramaticais, aqueles, parcamente, utilizados nas escolas exagera-se em teorizações longas e cansativas ou peca-se ao trazer uma falsa simplicidade no tocante às duas funções supracitadas. Os critérios propostos para a distinção dos períodos compostos por

coordenação e subordinação constituem um problema, pois a ideia de dependência, que é o principal fator de distinção nos manuais de gramática, ora baseia-se em princípios sintáticos, ora semânticos, o que confunde explicações e faz dos alunos joguetes na mão de teorias que muitas das vezes nem os professores dominam.

Também, a presença da conjunção é um elemento que determina a relação de subordinação entre orações, parecendo não ser possível admitir, assim, a existência da subordinação sem o intermédio do conectivo. No entanto, ao analisar o seguinte exemplo de loteria: “Achou o vale brinde... ganhou.”. Vemos que, neste caso, tem-se sintaticamente um período composto por coordenação: são orações aparentemente independentes, justapostas, que dispensam a presença da conjunção (o que caracterizaria uma coordenação assindética). Porém, essa ausência do conectivo não elimina por completo a relação adverbial de condição (que é própria da subordinação) existente no período, permitindo que o mesmo seja equivalente a “Se achar o vale-brinde, ganha.”

A partir disso, pode-se dizer que a definição e classificação das orações coordenadas e subordinadas constituem uma lacuna, um verdadeiro buraco, que da gramática tradicional, tem implicações negativas no trabalho com a Língua Portuguesa na escola, uma vez que essas relações não se dão apenas nos moldes descritos por essa determinada gramática.

A postura purista, dogmática, da análise tradicional não concebe enunciados que não se “encaixam” na descrição de língua que propõe, uma vez que estabelece um padrão de linguagem a partir de obras clássicas, tomando daí exemplos que “ilustrem” as regras prescritas (tudo o mais, como o coloquial, o marginal ou diferenças lingüísticas, são postos de lado e relegados ao erro gramatical) ou ainda, o que talvez seja pior nesses casos, criam-se enunciados cujo objetivo é unicamente exemplificar as regras. Não se tem, conseqüentemente, o propósito de analisar a língua em situações diversas de uso, o que acaba sendo um problema, pois a língua não acontece em sentenças isoladas, apenas na modalidade culta, como as que se têm por objeto de análise pela gramática tradicional.

Nós cremos que tanto o estudo da forma (trazido pelas gramáticas tradicionais) como o estudo da função (semântica, principalmente) sejam fundamentais na compreensão que os alunos terão dos fenômenos da linguagem para assim tornarem-se leitores e escritores críticos (reflexivos) em sua língua nativa. Apoiamos-nos em Halliday (1976, p.135) ao dizer que,

“... não podemos explicar a linguagem com simplesmente arrolar seus usos, e um arrolamento que tal poderia, de qualquer modo, ser prolongado indefinidamente. (...) Ao mesmo tempo, uma abordagem da estrutura lingüística que não considere as demandas que fazemos da linguagem carece de perspicácia, uma vez que não oferece princípios para explicar por que a estrutura da linguagem está organizada de um modo e não de outro”.

Nossa preocupação em verificar a viabilidade de uma prática pedagógica que concilie o trabalho com as abordagens formalistas e funcionalistas da língua teve como pressuposto a crença de que ambas as visões de ensino podem auxiliar (em conjunto) o trabalho dos professores na escola, contribuindo para que os alunos atinjam um desempenho lingüístico satisfatório, e também dominem o português padrão.

## DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da pesquisa contém a síntese bibliográfica, principais discussões teóricas e a trajetória da mesma ao longo do recorte estudado.

## SOBRE AS DEFINIÇÕES E TEORIZAÇÕES

Recebem os nomes de coordenação e de subordinação as relações que se estabelecem entre palavras e orações, caracterizando-se estas relações como de independência ou dependência, respectivamente. Remetendo outra vez à Said Ali (1964), por exemplo, ele nomeia tais relações de *combinação coordenativa* e *combinação subordinativa*. Na visão do autor na primeira tem-se uma oração inicial seguida de uma ou mais orações independentes. Na segunda, tem-se uma oração principal e uma ou mais orações secundárias (o que denota a hierarquia entre essas orações).

Em Carone (1988), mesmo sendo formalista, verifica-se a observação de aspectos importantes na definição dessas relações. Segundo a autora, “A oração subordinada não se articula com outra oração, considerada esta em sua totalidade; ela contrai uma relação de dependência com um *termo* de outra oração” (p. 91, grifo nosso). Assim, ocorre que um elemento da camada inferior (presente na oração principal) é central, ao passo que se articula com um elemento de nível superior (na oração subordinada). Observamos aqui que a condição de elemento subordinado diminui a oração posterior, colocando-a no mesmo nível que o único termo ao qual se liga.

Ainda em Carone (2008) a autora afirma que é a conjunção subordinativa e o pronome relativo (este, no caso das orações subordinadas adjetivas) que têm a propriedade de realizar tal mudança de valores (oração termo). A coordenação, no entanto, é tida como uma relação mais complexa do que aparenta, por levar em consideração aspectos semânticos mais profundos. A concepção de que esse processo relaciona duas ou mais orações independentes,

de acordo com a autora e concordamos aqui, é insuficiente, pois se baseia em critérios lógicos que também podem ser observados no processo de subordinação. Carone (1988) ainda atenta para o fato de que, em se tratando de sintaxe, a coordenação se dá entre duas orações, enquanto a subordinação, entre um termo de oração e uma oração. A autora (2008) também questiona a autonomia, que é o traço distintivo das orações coordenadas. Considerando-se as conjunções alternativas, por exemplo, não se pode pensar em independência de orações tendo em vista que “uma alternativa é uma segunda opção; logo, uma primeira é um pressuposto seu” (p. 61).

Para Bechara (2001), há um falso paralelismo entre coordenação (parataxe) e subordinação (hipotaxe) (p.47), o que reforça a afirmação de Carone (1988) e Said Ali (1964) de que tais processos são “coisas diferentes”. A subordinação é conhecida gramaticalmente como uma oração que funciona como um “membro” de outra oração, algo ou alguma coisa, que existe em *função* de outrem. No entanto, o autor mostra que este processo ocorre entre palavras, orações e textos, ampliando, assim, sua abrangência. A coordenação, por outro lado, é a combinação de duas ou mais unidades de um mesmo nível funcional (sejam palavras ou orações), que constituem uma nova unidade neste mesmo nível. Assim, estando as orações coordenadas, diz-se que, elas são paratáticas. No entanto, elas exprimem “relações internas de dependência no que se refere ao sentido do discurso” (p. 49). O autor considera oração complexa o que tradicionalmente é ensinado como “período composto por subordinação”, ou seja, uma oração tem um de seus termos expandidos em outra oração; o período composto, na verdade, só ocorre com construções coordenadas (p. 464-465), ou seja, “sintaticamente independentes entre si” (p. 476), em que nenhuma exerce função de termo na outra, embora estejam relacionadas pelo sentido.

De acordo com Cunha e Cintra (2001), a coordenação se dá entre orações “autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio”, e que “não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com seu sentido a totalidade da outra” (p. 594). Pode-se observar que os autores definem a coordenação com base em critérios sintáticos e que também são “acidentalmente”, semânticos. A relação de sentido tem seu valor, mais uma vez, diminuído com a afirmação de que “apenas, uma oração coordenada pode enriquecer com seu sentido a totalidade da outra”.

A subordinação, para os autores, caracteriza-se por uma oração que exerce a função de um termo, seja ele qual for de outra oração. O conceito de subordinação é, portanto, sintática. Ao afirmarem que, na essência, o período composto por subordinação é equivalente ao período simples, sendo a única diferença o fato de um termo, naquele, ser oracional, os



autores corroboram a afirmação de Bechara (2001) de que esta construção sintática é, na verdade, uma oração complexa e não um período composto. A classificação das orações se faz a partir de uma visão muito limitada acerca das relações de sentido estabelecidas entre as orações. Tanto as relações de coordenação quanto as de subordinação são classificadas, assim, a partir do conectivo presente que estabelece a ligação entre as orações. No entanto esses mesmos conectivos podem assumir funções diversas, dependendo do contexto em que são aplicados.

## APLICAÇÕES E EXEMPLOS

Nós ressaltaremos aqui que nenhuma gramática observa o fato de que a oração principal também depende da subordinada, uma vez que um termo seu (verbo ou nome) que rege, necessita, de um complemento. Assim é estabelecida uma relação de interdependência entre as orações envolvidas no processo de subordinação.

Exemplos:

a) Ele comentou com assessores **que** *prefere tentar educar e recuperar os viciados*.

– aqui tem-se uma oração subordinada substantiva objetiva direta, complemento do verbo comentar

b) É verdade **que** *a mortalidade infantil aumentou em algumas regiões e que cresce em número e diminui em tamanho a garotada que fica pelas esquinas mendigando*.

– orações subordinadas substantivas subjetivas (coordenadas entre si)

c) A privatização desses bancos é um modo de obter os recursos necessários a esse ajuste e ao mesmo tempo restringir a possibilidade **de que** *os desequilíbrios retornem, uma vez suspensa a intervenção*.

– oração subordinada substantiva completiva nominal, complemento do nome possibilidade

Conforme as indicações de Carone (2008) ao se tratar das orações subordinadas adjetivas, equivalentes a uma função caracterizadora (adjunto adnominal) de algum elemento da oração principal, não se têm duas orações dependentes sintaticamente, mas semanticamente, já que a retirada da oração subordinada adjetiva de um período não compromete a organização formal (sintática) da oração principal. Ao se pensar, contudo, no plano semântico, a dependência é total no tocante às restritivas, cuja retirada do período compromete a informação a ser comunicada; tal prejuízo ocorre em nível menos grave quando falamos de orações explicativas.

Só a oração subordinada (adjetiva) mostra-se dependente sintaticamente, pois é introduzida por um elemento anafórico (pronome relativo *que* e variações), o qual retoma um

termo anteriormente citado na oração principal, dependendo, portanto, desta. Como veremos a seguir:

Exemplos:

d) Só os países em **que** *governo e sociedade produzirem condições propícias à produção de qualidade* poderão encontrar inserção positiva na nova ordem econômica mundial.

– oração subordinada adjetiva restritiva, determinante do termo *países* (retomado pelo pronome relativo)

e) No que se refere à redistribuição da renda, ela exige medidas **que** *restringam o consumo supérfluo dos ricos* para abrir espaço ao consumo necessários dos pobres.

– oração subordinada adjetiva restritiva, determinante do termo *medidas* (retomado pelo pronome relativo)

f) Carlota ficará vaidosa, quando, ao regressar de sua pequena viagem, souber dos elogios que recebeu.

– oração subordinada adjetiva restritiva, referente ao termo *elogios* (retomado pelo pronome relativo)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos aqui que não se faz necessário mais exemplificações, tendo em vista a satisfatoriedade do que já foi explicitado pelos autores e as experiências particulares do leitor sobre vivências escolares no que concerne as dificuldades gramaticais. No entanto cabe lembrar que uma das grandes preocupações que nortearam o desenvolvimento deste trabalho é, sem dúvida, estabelecer uma ponte entre teoria e prática. Acreditamos que muitos dos trabalhos realizados no âmbito acadêmico poderiam mostrar-se ainda mais valiosos, caso houvesse tal preocupação por parte dos pesquisadores. Certamente, a teoria é fundamental na evolução do conhecimento. Porém, é a prática que confere à teoria seu real valor. Ambas se interdependem.

Sem dúvida alguma, não tivemos a pretensão de esgotar nenhum dos assuntos por nós explorados; esperamos, no entanto, que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir com algumas discussões teóricas a respeito da língua, indicar leituras que esclareçam alguns pontos duvidosos e sombrios da gramática tradicional, no que diz respeito aos processos de coordenação e subordinação, e intentemos também, mesmo que parcamente, apontar subsídios pedagógicos para uma abordagem mais ampla e reflexiva da língua em sala de aula, com base nos pressupostos dos autores que foram aqui colocados.

## REFERÊNCIAS

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001. \_\_\_\_\_  
*Gramática funcional: natureza, funções e tarefas*. In: NEVES, M. H. M. (Org.)

CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. 2ª ed. São Paulo: Ática/Série Fundamentos, 1988.

\_\_\_\_\_ *Subordinação e coordenação*. 6ª ed. São Paulo: Ática/Série Princípios, 2008.

HALLIDAY, M. A. K. *Estrutura e função da linguagem* (tradução de Jesus Antônio 121 Durigan). In:  
LYONS, J. (org.). *Novos horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de  
São Paulo, 1976.

Said Ali, M. *Gramática Histórica da língua Portuguesa*. São Paulo: Edições  
Melhoramentos, 1964.